



O EMPREENDIMENTO MORAL DO *BULLYING* NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ETNOGRAFIA DE MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS EM TORNO DA TIPIFICAÇÃO DE UM GÊNERO DE VIOLÊNCIA DIFUSA

Juliane Bazzo ¹

INTRODUÇÃO

Desde 2014, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande de Sul (PPGAS/UFRGS), desenvolvo pesquisa de doutorado cujo tema é o empreendimento moral do *bullying* no contexto urbano brasileiro contemporâneo. O propósito do presente trabalho é expor subsídios teóricos, metodológicos e etnográficos que vêm ofertando sustentação a esse estudo.

Bullying designa em língua inglesa o ato decorrente do substantivo *bully*, que significa algo próximo a “brigão” ou “valentão” em português. Estabelecido enquanto construto científico em fins da década de 70 por Dan Olweus, professor de psicologia da Universidade de Bergen, na Noruega, o *bullying* alastrou-se mundialmente desde então, na função de nomear a agressão cotidiana intimidatória e repetitiva entre pares, notadamente nos ambientes escolares. No Brasil, o termo experimenta enorme popularização a partir dos anos 2000. A essa altura, já havia transcendido, aqui e internacionalmente, a aplicação ao universo educacional, bem como ganhado uma nova e moderna faceta, a de *cyberbullying* (Rolim, 2008; Bully, 2011).

É imprescindível situar a emergência do *bullying* no contexto urbano contemporâneo brasileiro em um quadro de grande evolução, sem precedentes históricos, de políticas públicas de reconhecimento da diversidade cultural no país, a partir do Governo Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. Uma amostra disso é obtida da comparação entre as edições II e III do Programa

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / bazzojuliane@gmail.com . GT Violência na Escola e Educação Moral



Nacional de Direitos Humanos, implementados respectivamente em 2002 e 2010 pelo governo brasileiro.

No primeiro documento, não há menção a estratégias de enfrentamento do *bullying* no contexto educacional; no segundo, tais estratégias não somente aparecem, como contemplam o *cyberbullying* (Brasil, 2002; 2010). A elevação do *bullying* enquanto objeto de políticas públicas conecta-se, certamente, à intensificação de abordagens em torno de tal conceito na produção científica brasileira, especialmente a partir de 2005, como recurso para refletir acerca do recrudescimento da violência escolar sob formas diversas (Oliveira-Menegotto et al., 2013).

No processo de passar de conceito acadêmico à fenômeno social objeto de políticas públicas no Brasil, o *bullying* torna-se assim um construto eficaz para abarcar uma série de enquadramentos de caráter “acusatório” (Becker, 2008 [1963], Velho, 1981) presentes na realidade urbana brasileira e replicados em diversos ambientes, como os escolares. Nesse universo, é possível incluir categorizações pautadas por racismo, homofobia, misoginia, lipofobia e ódio de classe, ou seja, enquadramentos vinculados a intolerâncias cristalizadas na sociedade brasileira.

OBJETIVOS

A pesquisa de doutorado objetiva contemplar a etnografia de múltiplas experiências – especialmente nos contextos estatal, científico e educacional – que têm definido o *bullying* como um gênero de violência difusa². A imersão etnográfica nesses espaços almeja compreender e problematizar a atuação dos “empreendedores morais” (Becker, 2008 [1963]), que constituem indivíduos, instituições, iniciativas e documentos responsáveis hoje por delimitar regramentos em torno de posturas condenatórias classificadas como *bullying*. Tal enfoque integra a “teoria interacionista do desvio”, a qual posiciona a criação de normatizações como um “drama complexo”, com desenvolvimento

² Uma etnografia constitui a forma escrita da empreitada antropológica, resultante do encontro do antropólogo com os sujeitos de pesquisa durante o trabalho de campo. Nesse âmbito, cf. Peirano (1992).



no tempo e implicação de uma rede cooperativa de atores, cujos interesses muitas vezes divergem.

Na esteira da interrogação efetuada por Foucault (1984) quando abraça a sexualidade e os processos de dominação em torno do corpo como temática de estudo, a pesquisa antropológica em questão inquiri acerca das condições e motivações que levam práticas tipificadas como *bullying*, que indubitavelmente não são novas, a se tornar “objeto de preocupação moral” sob uma nomenclatura diferenciada na contemporaneidade urbana brasileira.

Conforme Foucault esclarece, o olhar analítico em busca de respostas deve se deslocar de uma tautologia de “interdições” para as “problematizações morais”. Por conseguinte, o problema da pesquisa concentra-se no exame crítico de “campos de saber”, “tipos de normatividade” e “formas de subjetividade” que cercam na atualidade o “dispositivo” denominado por *bullying*.

ARCABOUÇO TEÓRICO

O alicerce conceitual da pesquisa de doutorado em questão alinha-se, por conseguinte, a três vertentes antropológicas. A primeira delas é uma *Antropologia das Sociedades Complexas*, capitaneada por Velho (1981) no cenário brasileiro. A partir de um diálogo estabelecido especialmente com Becker (2008 [1963]) e sua “teoria interacionista do desvio”, Velho centra-se em desmontar uma analítica estritamente psicológica do comportamento desviante, atribuído a indivíduos “inadaptados”, “marginais” ou “*outsiders*”, que se encontram, em verdade, inseridos em situações socioculturais específicas, permeadas por jogos de poder.

A ideia de desviante surge duplamente aplicável ao estudo antropológico do empreendimento moral do *bullying*, pois pode referir-se tanto a agredidos por esse tipo de violência difusa, vitimados devido a inaptações a uma ordenação cultural hegemônica, quanto a agressores, na medida em que estes têm sido repreendidos por posturas violentas não consoantes a uma pacificação social desejada.



A segunda vertente é uma *Antropologia Neofoucaultiana do Neoliberalismo*, pautada pela noção de “governamentalidade” (Foucault, 1979). De acordo com esse viés, o neoliberalismo atual não se situa estritamente como uma ideologia político-econômica, mas sim enquanto uma “normatividade generalizada”, traduzida num conjunto de “... noções, estratégias e tecnologias de cálculo destinadas a moldar populações e pessoas” (Wacquant, 2012, p. 508).

Nesse campo de análise, emerge uma noção fundamental, a de “*global assemblage*”, que, segundo Ong e Collier (2005, p. 4, tradução minha), busca abranger antropologicamente não “... as mudanças associadas com a globalização em termos de transformações estruturais amplas ou novas configurações da sociedade ou da cultura. Em vez disso, examina uma gama específica de fenômenos que articulam essas mudanças: tecnociência, circuitos de troca lícitos e ilícitos, sistemas de administração ou de governança e regimes éticos ou de valores”.

Pensar o *bullying* nessa dimensão pressupõe conectá-lo a outros “dispositivos”, num sentido foucaultiano, que vêm repercutindo no Brasil e fora dele, demandando um olhar antropológico sinérgico. Dentre eles, pode-se citar uma “biologia do controle” delimitada por Rose (2007), que diz respeito a políticas contemporâneas de saúde pública para controle da violência com foco no gerenciamento de indivíduos de risco. Também é possível mencionar a pulverização indiscriminada de “mercadorias da ciência psiquiátrica” (Biehl, 2008) e a “judicialização da vida social” (Fonseca, 2010), esta última associada ao estabelecimento de esferas alternativas de resolução de conflitos, como a justiça restaurativa analisada por Schuch (2012).

Tais fenômenos são tangenciados, direta ou indiretamente, pela percepção de uma suposta epidemia de incivilidade e violência no mundo atual – de que o *bullying* faz parte –, a qual necessita ser controlada, seja pela medicalização, seja por novos meios de dissolução de conflitos. Não obstante, o foco de condenação e de restauração se volta ao sujeito autodisciplinado de uma racionalidade tipicamente neoliberal e não a populações ou raças entendidas como degeneradas, de modo a evitar conexões com projetos declaradamente racistas e eugênicos de séculos anteriores. Ademais, o foco em indivíduos atomizados tem suspenso a abordagem de contextos



sociológicos mais amplos, perpassados inteiramente por aquilo que Fassin (2009) denomina por “*inequalities*”.

Por fim, a terceira linha teórica a oferecer substrato à pesquisa é a *Antropologia Moral* encabeçada por Fassin (2012). Trata-se de um viés também inspirado pela filosofia foucaultiana, dedicado ao estudo da moral na ação de construir o mundo. Preocupa-se em refletir sobre como questões não morais se elevam socialmente enquanto morais, no interior da empreitada humana de definir fronteiras entre o bem e o mal. Logo, constitui uma abordagem que vai de encontro ao problema arquitetado para o estudo de doutorado, a saber: por quais motivações práticas que não são uma novidade recente tornam-se hoje alvo de levantes morais com base no construto do *bullying*.

MÉTODOS

O percurso etnográfico da pesquisa de doutorado está metodologicamente ordenado em duas direções: uma de feição horizontal, preocupada em identificar terrenos de estudo, pautada pelo conceito de “campo” de Bourdieu (2003); outra de feição vertical, centrada em conectar os campos mapeados, a partir da noção de “esferas de valor” de Cardoso de Oliveira (1994), cuja hierarquização inter-relaciona níveis “micro”, “meso” e “macro”.

Com base nessa abordagem, três campos emergem como essenciais para o estudo do empreendimento moral do *bullying* no contexto urbano brasileiro contemporâneo: o científico, o político e o educacional. O primeiro compreende as vertentes acadêmicas dedicadas a pensar a categoria, como a psicologia, a psiquiatria, a pedagogia e o serviço social. O segundo, por sua vez, diz respeito à inserção do conceito em leis, políticas e programas governamentais de mitigação da violência juvenil, especialmente no âmbito escolar. O terceiro, por fim, abrange a sociabilidade das instituições de ensino, no interior da qual eventos de *bullying* têm se materializado, seja presencial ou virtualmente, como *cyberbullying*. Ademais, são considerados complementares



os campos midiático e mercadológico: este último contempla toda uma série de produtos que vêm sendo criados e comercializados em torno da noção de *bullying*, enquanto o primeiro aparece como uma rica fonte de informações para refletir acerca dos demais campos.

Nesse contexto, o trabalho de campo, em estágio já avançado, está sendo desenvolvido em duas frentes: *in loco* e documental. A etnografia *in loco* vem se dando em cidades de diferentes portes: na capital gaúcha, Porto Alegre, bem como nos municípios de Canela e Gramado, na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, onde reside a pesquisadora. Essa frente de pesquisa contempla entrevistas com cientistas, políticos e ativistas envolvidos com a temática do *bullying*, bem como o acompanhamento de eventos por eles encabeçados. Em paralelo a isso, ocorrem observações e entrevistas com funcionários, professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas, voltadas a camadas médias da população.

A frente documental da pesquisa, por sua vez, abrange como materiais de análise etnográfica artigos e estudos científicos; proposições legais e programas de intervenção estatal; conteúdo midiático oriundo de fontes diversas, oficiais ou não, além de produtos gerados em torno da questão do *bullying*, como obras de autoajuda, livros infantis, cursos e consultorias especializadas, dentre outros.

Como forma de costurar a reflexão em torno dos dados etnográficos gerados pela imersão de pesquisa nos campos antes referidos, lança-se mão da abordagem de Cardoso de Oliveira (1994), que propõe um resgate da noção de moralidade pela antropologia, claramente não enquanto um “megaconceito” de reverberações filosóficas, mas sim lastreada pelas “circunstâncias de suas manifestações empíricas”, algo capaz de viabilizar-se pelo fazer etnográfico.

Segundo Cardoso de Oliveira, as questões morais podem se mostrar mais visíveis ao antropólogo quando este opta por acompanhá-las em “esferas de valor distintas”, pela via da comparação. Para tanto, o autor sugere como instrumento analítico uma hierarquia para tais “esferas”, que comporta níveis “micro”, “meso” e “macro”. Esse recurso permite que os campos de pesquisa anteriormente citados como interessantes deixem de situar-se lado a lado e



interconectem-se entre si, perfazendo um ordenamento metodológico mais verticalizado, como mencionado.

No nível micro, os conteúdos morais possuem “caráter particularista” e podem ser observados nas “instâncias mais íntimas” das comunidades e grupos, respeitado o seu consentimento. No nível macro, por sua vez, esses conteúdos ganham uma “dimensão universalista”, muitas vezes chancelada por organismos de ação internacional. O nível meso, por fim, é o espaço da mediação e de balanceamento entre as concepções, muitas vezes contraditórias, presentes nos dois níveis anteriores. Nele se situam, os estados nacionais com suas políticas públicas, mas também todos os cidadãos, inclusive os antropólogos na execução de seu ofício.

Na tentativa de alocar na abordagem de Cardoso de Oliveira os campos de pesquisa antes descritos, pode-se dizer que as comunidades escolares se situariam num nível micro. No nível meso, por sua vez, exerceriam um papel de mediação não somente os agentes políticos, mas também os científicos, mercadológicos e midiáticos em um âmbito nacional. Em um nível macro, por fim, surgiriam justamente as influências de uma governamentalidade neoliberalista, onde é possível situar o impacto do debate norte-americano a respeito do *bullying* no contexto brasileiro, discutido a seguir.

RESULTADOS PRELIMINARES

A efetuação de um estudo antropológico sobre o empreendimento moral do *bullying* no contexto brasileiro afina-se com a premência destacada por Das et al. (2000) acerca do desenvolvimento de etnografias voltadas a pensar, simultaneamente, a constituição de violências e a elaboração de subjetividades na atual configuração planetária. De acordo com esses autores, o debate centrado em conflitos do tipo “contratual”, tradicionalmente circunscritos a relações de poder e dominação entre estados-nação “satélites” e “periféricos”, foi suplantado pelo estabelecimento de uma “nova geografia política”.



Nesse quadro, qualquer localidade mundial aparece hoje como “área predisposta à violência”, que ocorre cada vez mais entre atores habitantes de um mesmo espaço físico e inseridos em um mesmo universo sociocultural. Tal reordenação político-geográfica, sem dúvida, recebe influência da intensificação de “fluxos globais”, que coloca desafios à operação de lógicas culturais locais e à formação de identidades individuais. Nesse panorama, noções estanques de “normalidade” e de “patologia” se suspendem, tendo em vista que as fronteiras entre “tempos de violência” e “tempos de paz” revelam-se cada vez mais “borradas” (id.).

Diante disso, as etnografias nessa direção precisam estar atentas a “formas de violência severamente dispersas”, perpetradas por agentes diversificados. Dentre estes, os governos nacionais e seus aparatos bélicos continuam a exercer um papel importante, mas o monopólio estatal da força exige relativização, haja vista a potência de outras instâncias: algumas de existência evidente, como confrontos étnicos, conflitos religiosos, guerras civis e ataques terroristas; algumas de natureza tênue e que, por isso, interessam mais a esta proposta de pesquisa, como a “violência tecnológica da ciência organizada”, a violência desencadeada por políticas públicas equivocadas, a *cyber* violência ou a violência moral do cotidiano (id.).

Nessa esteira, Das (1995) convoca a, etnograficamente, verificar a inexorável conexão de episódios extraordinários de violência com ocorrências violentas ordinárias, materializadas em diferentes ordens – estatal, científica, mercadológica, educacional, familiar, comunitária, etc. A autora defende que “eventos críticos”, de teor extraordinário, não devem ser vistos como acontecimentos isolados ou sensacionais, mas sim enraizados na vida ordinária, antes, durante e depois de seu desenrolar.

A materialização dos “eventos críticos” passa pela atuação simultânea e diacrônica de uma série de instituições e atores, indica a “redefinição de categorias tradicionais” e sinaliza a instituição de “novos modos de ação”. Nesse sentido, é imprescindível destacar dois “eventos críticos” fundamentais para pensar a emergência do *bullying*, tanto internacional quanto nacionalmente, bem como os desdobramentos ainda em curso diante da popularização de tal categoria.



Dan Olweus (2013), em artigo recente sobre o estado da arte dos estudos científicos em torno do construto por ele criado, relata que o *bullying* tornou-se temática de grande notoriedade acadêmica nos Estados Unidos apenas no início do século XXI. Portanto, mais de uma década após terem aguçado fortemente os interesses em torno da questão na Austrália e na Europa (excetuando-se os países escandinavos, onde o debate iniciou nos anos 70 com as pesquisas de Olweus).

A despeito do referido intervalo temporal em relação ao *boom* da pesquisa, sobretudo europeia, a discussão estadunidense acerca do *bullying* recebe impulso diferencial em comparação a outros países por conta da materialização de um acontecimento posicionado como “evento crítico” (Das, 1995). Trata-se da tragédia ocorrida no ano de 1999 em *Columbine High School* (Colorado), quando dois alunos abriram fogo contra estudantes e professores, motivados, segundo a opinião pública, por sucessivas situações de humilhação e exclusão na escola.

Os assassinos, que se suicidaram a tiros na cena do crime, foram assim responsáveis pelo maior ataque armado a uma instituição de ensino até então registrado na história dos Estados Unidos. Tal quadro ofertou enorme impulso às discussões nesse país, nas mais diversas instâncias, sobre o *bullying* associado ao fenômeno do *school shooting* (Oliveira-Menegotto et al., 2013).

Sob à luz da potência atribuída por Das (1995) aos “eventos críticos”, não surpreende que o avanço da produção científica estadunidense acerca do *bullying* ocorra justamente após o massacre em *Columbine School*, a partir dos anos 2000, com desdobramentos em diversas políticas públicas. Ao mesmo tempo, também não parece imprevisível que o debate brasileiro sobre *bullying* ganhe enorme fôlego a partir de um “evento crítico” local, cuja leitura pública ocorreu subsidiada pelos elementos que cercaram o incidente na escola norte-americana.

Trata-se do chamado massacre de Realengo, ocorrido em 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, situada no referido bairro carioca. Nessa ocasião, o ex-aluno Wellington de Oliveira, sob a justificativa de dar uma palestra aos alunos, adentrou a instituição de ensino e matou a tiros mais de uma dezena de estudantes. Logo depois, em fuga da polícia, suicidou-se com um



disparo na cabeça. Professores e alunos relataram que, durante o período escolar, Wellington era tachado como portador de problemas psicológicos, por ser retraído. Também não se mostrava bom estudante e, ademais, mancava de uma perna. Esse conjunto de características o teria tornado vítima frequente de *bullying* por parte dos colegas e foi compreendido como elemento potencialmente gerador do homicídio (Veja, 2011).

Tal tragédia teve uma série de desdobramentos, dentre eles, uma proposição de lei nacional (n. 3.015/2011), ainda em andamento, para transformar o dia 7 de abril, data do incidente em Realengo, no Dia Nacional de Combate ao *Bullying*. Além disso, o massacre fez avançar as discussões do Programa Nacional de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), que tramitava como projeto de lei (n. 5.369) da Câmara Federal desde 2009, mas cuja aprovação final pelo Senado se deu em 2015, para retorno e finalização de voto na casa de origem, sob grandes holofotes midiáticos.

Os pareceres que cercam as discussões dessas propostas – e de uma série de outras, em andamento ou arquivadas, que tematizam o *bullying* no Congresso Nacional – vêm se apoiando constantemente em evidências da literatura científica nacional e internacional (Câmara Federal, 2014; Senado Federal, 2014). Não obstante, conforme revelam pesquisadores atuais da questão do *bullying* entrevistados para a tese de doutorado (Lisboa, 2015; Grossi & Santos, 2015), a maior parte da produção científica brasileira replica hoje dados oriundos de literatura estrangeira e conta, portanto, com diminuta contribuição original, vinda de poucos grupos de pesquisa ativos, como aqueles por eles coordenados.

Nesse universo de replicação de dados, as pesquisas conduzidas nos Estados Unidos possuem grande relevância. A legitimidade de tais estudos faz com que sejam objeto de um número ainda bastante reduzido de críticas. Um exemplo é a análise de Porter (2013), educadora que argumenta haver nos Estados Unidos uma “obsessão” em relação ao *bullying*, que vem dispersando políticas de “tolerância zero” à violência nas escolas, focadas em indivíduos de risco e desconsideradoras de animosidades típicas entre pares, bem como de seus respectivos universos sociais.



CONCLUSÕES PARCIAIS

Uma hipótese abraçada pelo estudo comprovada pela pesquisa de campo é que, embora propicie nova visibilidade a formas de violência arraigadas na sociedade brasileira, o *bullying* enquanto categoria, no interior de discussões estatais, acadêmicas e educacionais, tem contemplado os conflitos no limite dos grupos escolares, como embates entre indivíduos atomizados, em detrimento de uma imprescindível abordagem de contextos sociológicos mais amplos.

Considerado esse cenário, pode-se estar diante de um novo momento de visibilidade daquilo que Caldeira (2000) denomina de “democracia disjuntiva”, concepção cunhada juntamente com J. Holston, para pensar o avanço da criminalidade posteriormente à redemocratização brasileira, em meados dos anos 80. Segundo essa ideia, é possível que a “expansão da cidadania política” se dê simultânea e contraditoriamente a uma “deslegitimação da cidadania civil”.

No período considerado por Caldeira, tal panorama se configurou em virtude de uma tensão entre a abertura política e a simultaneidade de crises de ordem econômica, legal e urbana que assolavam o país naquele momento histórico, tornando assim expostos os “limites e desafios da democratização brasileira”. Nos anos recentes, verifica-se um quadro especular, passível de aproximação: há um avanço de políticas em favor da diversidade cultural e, paradoxalmente, a manutenção de um quadro de profundas desigualdades socioeconômicas. A permanência desse quadro, por seu turno, não trabalha pela contemplação da alteridade, mas sim pela subjugação dela em prol de hierarquias de poder de feições brancas, elitizadas, heteronormativas e machistas, para citar alguns exemplos, por intermédio de uma série de formas de violência, dentre elas aquelas que vêm sendo tipificadas como *bullying*.

REFERÊNCIAS



BECKER, H. *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1963].

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 59-73.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 2)*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BULLY. Lee Hirsch. Estados Unidos, 2011. 99 min, cor. Documentário.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp; Editora 34, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projetos de lei e outras proposições*. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: nov. 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Antropologia e moralidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [on-line], n. 24, p. 110-121, fev. 1994.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, V.; KLEINMAN, A.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (ed.). Introduction. In: *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 1-18.

FASSIN, D. Another politics of life is possible. *Theory Culture Society* [on-line], v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

_____. Introduction: toward a critical moral anthropology. In: FASSIN, D. (ed.). *A companion to moral anthropology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 1-17.

FONSECA, C. “Ordem e progresso” à brasileira: lei, ciência e gente na “co-produção” de novas moralidades familiares. In: FERREIRA, J.; SCHUCH, P. (org.) *Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre gênero, família e saúde*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010. p. 151-181.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. Curso do Collège de France, 01 fev. 1978. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 277-293.

_____. Introdução. In: *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 07-32.



GROSSI, P. K.; SANTOS, A. M. Depoimento sobre trajetória de pesquisa e atuação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI, alocado na PUC-RS. Entrevista concedida a Juliane Bazzo. 60 min. Parte integrante de pesquisa de campo de tese de doutorado.

LISBOA, C. S. M. Depoimento sobre trajetória de pesquisa e atuação do Grupo de Pesquisa RIVI – Relações Interpessoais e Violência, alocado na PUC-RS. Entrevista concedida a Juliane Bazzo. 60 min. Parte integrante de pesquisa de campo de tese de doutorado.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Revista Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, n. 15, v. 2, p. 203-215, maio-ago. 2013.

OLWEUS, D. School bullying: development and some important challenges. *Annual Review of Clinical Psychology* [on-line], n. 9, p. 751-780, 2013.

ONG, A.; COLLIER, S. Global assemblages, anthropological problems. In: *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 3-21.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. *Série Antropologia*, Brasília, n. 130, 21 p., 1992.

PORTER, S. E. *Bully Nation: why America's approach to childhood aggression is bad for everyone*. St. Paul: Paragon House, 2013.

ROLIM, M. *Bullying: o pesadelo da escola*. Um estudo de caso e notas sobre o que fazer. 174 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROSE, N. The biology of control. In: *The politics of life itself: biomedicine, power and subjectivity in the twenty first century*. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 224-251.

SENADO FEDERAL. *Atividade legislativa*. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: nov. 2014.

SCHUCH, P. Justice, culture and subjectivity. *Vibrant* [on-line], v. 9, p. 34-69, 2012.

VEJA. *Atirador de Realengo sofria bullying no colégio, diz ex-colega*. 08 abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/atirador-de-realengo-sofria-bullying-no-colegio-afirmam-colegas>>. Acesso em: out. 2014.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 11-28.

WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012.